

Cesar Augusto Bubolz Queirós*

Fecha de recepción: abril de 2016

Fecha de aceptación: mayo de 2016

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a construção das masculinidades entre os operários durante a República Velha, enfatizando os ataques à honra e à masculinidade que ocorrem entre grevistas e não grevistas. Pretende-se, ainda, destacar os elementos constituintes da identidade de homem, operário e grevista.

Palavras-chave: Masculinidades – Classe Operária – Gênero – Greves

Abstract

This article has for objective to analyze the construction of the masculinities between the laborers during the Old Republic, emphasizing the attacks to the honor and the masculinity that occur between strikers and not strikers. It is intended, it walked, to detach the constituent elements of the man, laborer and striker identities.

Key-words: Masculinities – Working Class – Gender – Strikes

* Cesar Augusto Bubolz Queirós, professor do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisa integrante do projeto De norte a sul: um estudo comparado acerca da questão social nas cidades de Manaus e Porto Alegre durante a Primeira República, financiado pelo CNPq/Uniuversal.



este artigo pretendo apresentar uma breve reflexão que propus durante as pesquisas para meu trabalho de doutorado acerca das masculinidades operárias, com o objetivo de compreender as peculiaridades das relações de gênero entre os operários gaúchos durante a República Velha. Tal reflexão surgiu quando passei a analisar as relações entre os operários grevistas e os trabalhadores que não aderiam às greves que se multiplicavam no Rio Grande do Sul durante o longo governo de Borges de Medeiros. Percebi que essa relação era marcada por constantes ataques à honra e à masculinidade dos trabalhadores que não aderiam às greves e que eram chamados de *carneiros*, *fura-greves* ou outras expressões que tinham o claro intuito de desqualificar a posição política destes trabalhadores e, ao mesmo tempo, exercer uma pressão para que estes se engajassem aos movimentos paredistas. Procurando compreender essa relação, passei a analisar essa situação a partir de uma perspectiva de gênero, a fim de lançar algumas luzes sobre determinadas práticas que caracterizavam a relação entre os trabalhadores grevistas e não grevistas.

Assim, este texto tem o objetivo de propor algumas reflexões acerca de questões de gênero a fim de compreender as relações entre carneiros e paredistas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República e as práticas que se estabeleciam a partir deste antagonismo estabelecido.

Para esta análise, parti da concepção de gênero como “*habitus* sexuado”, na perspectiva de Bourdieu (2005: 6), resultado da incorporação das disposições culturais que estabelece um princípio de divisão sexual sobre os agentes sociais. Para Bourdieu, “as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em *habitus* claramente diferenciados” (2005: 77). A incorporação de tais disposições desenvolve nos agentes sociais um “senso prático”, um “sentido do jogo” (BOURDIEU, 2004: 79), ou seja, “o domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso”. Senso prático é o resultado de “esquemas práticos, isto é ‘princípios que impõe a ordem na ação’ por *esquemas informacionais*. Trata-se de princípios de classificação, hierarquização, de divisão que são também princípios de visão, em suma, tudo o que permite a cada um de nós distinguir coisas que os outros confundem” (BOURDIEU, 2004: 99).

Esse “jogo social incorporado” (BOURDIEU, 2004: 83), decorrente da internalização de disposições sociais estabelecidas por intermédio do *habitus*, faz com

que se estabeleçam sistemas simbólicos que cumprem uma função de imposição ou de legitimação da dominação (violência simbólica), seja ela de classe ou de gênero. O reconhecimento de gestos, práticas, signos e atitudes como sendo características de distinção – de classe ou de gênero – estabelece um princípio organizador da sociedade e garante o exercício de uma dominação “legítima” (uma vez que reconhecida). A incorporação de *habitus* sexuados atribui ao homem o caráter ativo e dominante e, por consequência, à mulher uma postura submissa e dominada. Neste sentido, um homem submisso apresentaria características femininas do mesmo modo que uma mulher *forte*, segundo essa visão, apresentaria uma postura masculinizada. Bourdieu salienta, ainda, que

a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (2005: 77).

Se aplicarmos estes princípios norteadores e sistemas de percepção para interpretar as relações entre os operários gaúchos na República Velha, observaremos que, em função desta internalização de disposições culturais e do “sentido do jogo”, algumas características eram valorizadas e reconhecidas como signos de masculinidade: o homem precisava ser forte, corajoso, honrado e leal de forma que, para desqualificar a posição dos operários não grevistas, os jornais operários os acusavam de traidores, covardes e outras características que criavam um estigma sobre o “carneiro”.

Todavia, devemos considerar que não se pode falar em um único tipo de masculinidade, havendo diferentes estilos de masculinidade não só historicamente estruturados como em uma mesma época histórica. O que ocorre é que há um estilo que se destaca como hegemônico, reconhecido por meio da incorporação destas disposições culturais. É necessário salientar que esses não se tratam de padrões fixos e atemporais. Muito pelo contrário, o processo de construção dessas masculinidades é absolutamente dinâmico. Podemos salientar que, na França do final do século XIX, os empregados domésticos e *garçons* de receitas do Banco da França reivindicavam o direito de usar bigodes, considerados um símbolo de masculinidade. Para Mihaely, o

bigode era um “atributo militar/viril por excelência” assinalando que seu portador é “um guerreiro” dotado de força e virilidade enquanto que privar esses trabalhadores do direito de exibir um bigode equivaleria a tirar sua virilidade (2007: 21). Segundo Matos, “seria quase impensável ocupar uma posição de destaque no Brasil do século XIX e não ostentar, como atributos de virilidade, bigodes, cavanhaques, peras, suíças e barbas” (2011: 133). Todavia, na década de 1980, o surgimento da subcultura *bear*, em São Francisco, provocou uma incorporação de símbolos de masculinidade e atributos de virilidade ao universo homossexual, subvertendo sua simbologia e rompendo com o estereótipo do *gay* imberbe (PUGAS-FILHO E ARANHA, 2010: 998). Atributos tipicamente masculinos, como o bigode, foram revestidos de um novo significado e o “gay, de alguma forma, rompe com a representação do homossexual masculino como inferior, feminino; com o gay, a imagem do homossexual é redefinida como masculina, adotando os signos da masculinidade (corpo musculoso, bigode, calças justas)” (ANJOS, 2000: 284).

Devemos, ainda, considerar que entendemos masculinidade como uma noção fluida e situacional, havendo, portanto, que analisar as várias formas como as pessoas entendem a masculinidade numa determinada situação, e explorar a forma como as diversas masculinidades são definidas e redefinidas na interação social (FONSECA, 1998: 142).

Do mesmo modo, a posição ocupada no espaço social interfere nas expectativas sociais engendradas sobre as práticas e representações associadas às masculinidades: a própria sociabilidade de vários segmentos das classes subalternas é permeada por certa “agressividade intrínseca à manifestação da capacidade pessoal masculina”, uma relação na qual a identidade do trabalhador está indissociavelmente ligada à do homem” (DUARTE: 194) e, segundo Hoggart, marcada por uma agressividade derivada de uma “sensibilidade embrutecida” (1973: 110). Todavia, deve-se fazer a ressalva de que esta agressividade que permeia o comportamento masculino não pode ser vista como um elemento inato, de características biológicas, uma vez que a masculinidade é uma construção social, portanto histórica, cultural e relacional. Aliás, prefiro usar a expressão no plural – masculinidades – uma vez que existem diferentes ‘estilos de masculinidade’ mesmo que em determinado momento um surja como hegemônico, subordinando os demais (CECCHETTO, 2004: 57). Molinier destaca que a reafirmação da virilidade entre as classes populares, além dos benefícios (privilégios) que traz aos homens, é também uma estratégia de resistência para lutar contra o medo, o nojo que inspira o “trabalho sujo”, e também como a

virilidade só pode ser vivida transversalmente em relação às esferas públicas e privadas (2004: 233). Assim, a virilidade e a agressividade presentes na subcultura operária em particular e masculina em geral são associadas a “estratégias coletivas de defesa [que] são centradas em um universo simbólico partilhado que tira sua consistência do fato de ser organizado por crenças ou atitudes que reduzem a percepção das realidades suscetíveis de gerar um estado de sofrimento” (MOLINIER, 2004: 235). Para Molinier, “um homem deve multiplicar as demonstrações de coragem para convencer aqueles que com ele trabalham e partilham os mesmos riscos, que ele se controla e controla o medo” (2004: 235).

Estes operários dividiam suas experiências e vivências e tinham em comum a árdua labuta e o convívio no ambiente laboral. Compartilhavam desgostos e brincadeiras, misérias e sociabilidades. No entanto, a partir do momento em que as greves eram deflagradas e provocavam uma ruptura na normalidade do ambiente laboral, reordenava essas relações e estabelecia uma cisão entre esses trabalhadores: se, de um lado, havia operários que aderiam às greves e buscavam, por meio do militantismo sindical, melhorias em sua situação econômica, de outro, havia aqueles que, por razões que discuti em outro trabalho (QUEIROS, 2008), recusavam a paralisação e se mantinham em seus postos de trabalho. A greve exercia o papel de “um instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos através da manifestação, da afirmação da coesão do grupo, da ruptura coletiva com a ordem que ela produz” (BOURDIEU, 1983: 201) sendo que a postura de não adesão por parte de uma significativa parcela dos operários ameaçava esta coesão de grupo e colocava em risco as possibilidades de sucesso do mesmo.

Do mesmo modo, reforçava e conferia certa legitimidade ao patronato, ao mesmo tempo em que enfraquecia a posição dos grevistas, representando uma forte ameaça aos interesses dos mesmos. Quanto maior o número de trabalhadores que não cessava o trabalho, menor seria o poder de negociação – de pressão – dos sindicatos e de seus delegados. A continuidade do trabalho por parte de um grupo de operários representava um risco que ameaçava os êxitos do movimento paredista e essa situação acarretava um antagonismo, um conflito de interesses, que fazia com que companheiros de trabalho se vissem em posições distintas, opondo-se diametralmente. Antes colegas de trabalho e agora rivais, encontravam-se e acabavam levando suas diferenças para fora da esfera em que elas foram produzidas, gerando conflitos e alterações visíveis hoje através de processos-crime que nos mostram a intensidade destas disputas.

A recusa por parte destes trabalhadores de se adequar ao comportamento esperado por aquele grupo, a cumprir com aquela expectativa gerada em torno da paralisação do trabalho, levava a um conflito incontornável no qual a posição de uns desestabilizava a postura dos outros, acarretando uma forte contestação moral. Esta situação acarreta uma divisão entre os trabalhadores de uma mesma fábrica ou categoria profissional: enquanto uns aderem às greves, outros prosseguem com seu trabalho, acarretando uma cisão no meio operário, uma construção de identidades antipodais, antagônicas: o grevista e o não grevistas, com a atribuição de diversos elementos a cada uma destas ‘pertencas’. Estas identidades são “processos derivados das relações sociais conflituais entre os indivíduos e os grupos” (MENDES, 2002, p. 518) e, mais especificamente, aos indivíduos enquanto membros de um agrupamento social heterogêneo e multidimensional, sendo que a “identidade é dependente do olhar do outro” (MOLINIER, 2004: 235).

Neste momento, as identidades de grevista/não grevista entram, então, em choque, em disputa: os operários grevistas, através de seus jornais e outros meios de divulgação, enalteciam a figura do militante ao passo que desqualificavam a do “carneiro”, a quem eram imputados diversos atributos que visavam desqualificar sua posição perante o grupo. Para Goffman, “o indivíduo só terá dignidade e respeito se adoptar a linha proposta pelos grupos a que pertence, se aderir às suas ideologias, se aderir aos seus jogos de identidade e às suas políticas de identidade. A pressão socializadora dos grupos, dos rituais de interação quotidianos, a definição da identidade altero-produzida, apresenta-se como incontornável e quase esmagadora” (2002: 511). E esta pressão se expressava, no caso analisado, através destas pilhérias e constrangimentos morais que transformavam os ‘fura-greves’ nos inimigos da classe, nos traidores sem brios de seus companheiros (QUEIROS, 2007).

Observando os jornais e panfletos produzidos pelas mais variadas associações operárias do Rio Grande do Sul, no decorrer das grandes greves do período entre 1917 e 1919, vemos a idealização da figura do grevista – tida como corajoso, solidário, leal, combativo – e, ao mesmo tempo, uma série de acusações aos operários que se recusavam a aderir aos movimentos grevistas. Esta desqualificação moral – que se torna mais visível nos jornais mas que estava presente no cotidiano desses operários, como podemos observar nos depoimentos contidos em um processo-crime instaurado em função de uma briga entre dois operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, um grevista e outro não grevista – tinha o intuito de deslegitimar a posição de um

grupo, para coagi-lo a aderir à atitude considerada correta pelos operários grevistas (QUEIROS, 2014).

Os trabalhadores que se recusavam a aderir às greves eram alvo de um conjunto de epítetos pejorativos que visavam desqualificar sua posição e afetar sua própria dignidade: não aderir à greve representava sujeitar-se a ter sua identidade de trabalhador marcada por este estigma. '*Fura-greves*', '*crumiros*', '*canalhas*', '*carneiros*' eram alguns adjetivos utilizados pela imprensa operária para designar este grupo que era acusado de traição, covardia e, até mesmo, de abuso do álcool.

Sobre os não grevistas pesava a mancha da covardia e da traição, características que se opunham ao ideal de masculinidade discutido anteriormente. Afinal, o homem precisava ser forte, viril e corajoso para se adequar aos padrões da masculinidade hegemônica de então. Tendo sua dignidade e masculinidade atacadas, os *fura-greves* são expostos a uma humilhação pública por aqueles que lideram ou apóiam as paralisações (QUEIROS, 2007). Para Ansart, humilhação é

“uma situação particular na qual se opõe, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência. A situação humilhante é, por definição, racional: comporta uma agressão na qual um sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível a reciprocidade” (2005: 15).

Aqui, a microfísica da resistência, descrita por Leite Lopes (1988, p. 81), dá lugar a uma nova microfísica do poder entre os dominados, uma hostilidade latente entre dois grupos que construíam suas identidades, um em oposição ao outro. Essas construções identitárias constituíam-se em um “fenômeno de classificação e valoração substantivado ou reificado em formatos ‘sociológicos’ ou ‘institucionais’” (DUARTE, 1982: 12), partiam, portanto, de uma atribuição de valores e classificações distintivas e subordinadas a elementos relacionados a um nível simbólico e estruturados por uma linguagem própria. A greve exercia, pois, o papel de “um instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos através da manifestação, da afirmação da coesão do grupo, da ruptura coletiva com a ordem que ela produz” (BOURDIEU, 1983: 201).

Tais representações apontavam para uma desqualificação da honra e da postura adotada pelos não grevistas. Para Pitt Reivers, “a honra é também coletiva e pode se fixar num grupo social: família, raça, pátria, seja qual for a comunidade com a

qual se identifique” (BILHÃO, 2007: 75). O ataque à honra destes trabalhadores, taxados de covardes, desbriados e traidores, deve-se a uma disputa simbólica pelo que de fato devia ser uma conduta honrada e, neste caso, um dos principais componentes da conduta honrada é

“a lealdade aos companheiros. A forma como a honra é concebida também é matizada pelas relações de gênero que se envolviam no interior do mundo do trabalho naquele momento. Dessa forma, é interessante perceber que dos homens era cobrada prioritariamente uma conduta que manifestasse sua fidelidade pública aos companheiros e às demandas e reivindicações operárias enquanto que, para as mulheres, a conduta honrada estava muito ligada à moral sexual” (BILHÃO, 2007: 75).

Neste sentido, os trabalhadores que não aderiam às greves eram alvo de diversas pilhérias e ofensas que procuravam denegrir sua honra e deslegitimar sua posição de não engajamento. O periódico *O Syndicalista*, durante a paralisação dos trapicheiros e estivadores de maio de 1919, pedia aos trabalhadores que “ninguém vá trair o nosso movimento, porque quem tal fizer, trairá a sua dignidade, trairá a honra de seu lar” (27/05/1919: 4). Os que não aderiam à greve eram considerados traidores da classe e, portanto, não teriam dignidade.

Como forma de pressão e coerção, nos jornais operários, eram publicadas listas com o nome dos que, a despeito da paralisação, continuavam trabalhando. Em uma nota intitulada *Traidores da Classe dos Marceneiros*, divulgava-se o nome de alguns “carneiros, tipos desqualificados da mais baixa ralé” (O SYNDICALISTA, 03/09/1919: 03) que não haviam aderido ao movimento grevista de 1919, seguindo uma lista com os nomes de Ângelo Machado, Alexandre Bernocchi, Carlos Schutz, José Praxedes, Jacob Pepato, André Kasproviach, Francisco Lebnhardt, Francisco Medaglia, Salvador Alves, José Osório, João Huilica, Álvaro Faria da Silva, Pedro Fuhr, Edgar Bihers e Manoel Barbosa.

Ilustrativa dessa perseguição que os trabalhadores não grevistas sofriam por parte da imprensa operária como forma de coagi-los a interromper o trabalho era a *Canção dos Fura-Greves* ou *Canção dos Carneiros*, publicada no jornal *O Syndicalista*, órgão oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS. Nesta canção, a atribuição de epítetos pejorativos aos trabalhadores que não aderiam às greves é a tônica. Além de chamá-los de “canalhas” e “merecedores de desprezo e

ódio gerais”, observa-se que se tenta atribuir aos não grevistas a pecha de bêbados, fazendo assim uma condenação ao uso do álcool através da articulação entre o consumo deste tipo de bebida e a falta de caráter e hombridade, expressa na traição aos companheiros de classe. Assim, é criada uma nítida distinção moral entre os operários grevistas – portadores de uma postura irrepreensível em termos éticos e morais, sem vícios como o álcool e o jogo – e os que adotavam uma posição de meros “espectadores mudos e inconscientes” que agiam como uma “roda inconsciente do mecanismo social que os outros movem” (O SYNDICALISTA, 03/09/1919: 04) e que estariam tomados pelo vício do álcool¹.

Outro fator que se salta aos olhos no que se refere às práticas e representações associadas às masculinidades operárias é o uso de armas de fogo entre esses trabalhadores. A constante presença de armas entre os operários – tanto os grevistas quanto os não grevistas – aponta para que este seja uma característica marcante. A posse de uma arma confere ao seu portador uma posição de poder, de força, um símbolo de sua masculinidade e virilidade. Para Moura, “o monopólio masculino do uso e posse de armas de fogo é uma expressão da socialização em construções de um tipo de masculinidade, violenta e militarizada”². E as manifestações desta masculinidade violenta fazem equivaler a posse e utilização de armas a uma forma de exercício de poder associada às condutas masculinas. A simbologia das armas de fogo está, neste sentido, associada à mística da masculinidade sendo uma expressão da socialização em construções de um tipo de masculinidade onde a utilização masculina de armas de fogo é a norma (FISAS, 1988: 54). A posse e utilização de armas de fogo em geral é uma construção sexuada, de gênero, sendo que seu uso está associado à virilidade e à masculinidade e ao exercício de poder masculino.

Deste modo, a constante presença de armas entre os operários na Primeira República pode ser interpretada como uma construção cultural de um estilo de masculinidade relacionado à cultura destes próprios segmentos sociais, bem como uma auto-afirmação perante o grupo, além de um mecanismo de autodefesa em um contexto marcado por uma profunda agressividade associada a esta masculinidade.

¹ No primeiro capítulo de sua tese de Doutorado, Bilhão analisa os elementos constituintes de uma identidade operária marcada pela virtude, destacando a importância da instrução, da higiene e a condenação ao álcool e ao jogo para a construção desta identidade. (BILHÃO, 2005).

² MOURA, Tatiana. Masculinidades e feminilidades entre as (micro) guerras e as (macro)pazes: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. <http://www.eurozine.com/articles/2007-06-28-moura-pt.html>

Durante os conflitos sociais estudados na Primeira República, a presença de armas entre os operários pode ser verificada nas mais variadas situações: seja nas ocasiões em que pode ser percebida certa premeditação em virtude de uma situação potencialmente violenta, seja em momentos em que não haveria a clara necessidade de sua utilização em decorrência da inexistência de uma ameaça aparente.

Neste sentido, no dia 7 de setembro de 1919, um domingo, dia da independência, o Sindicato da Força e Luz organizou um *meeting* que seria realizado na Praça Montevideu, a fim de protestar contra as contratações feitas pela empresa para substituir os grevistas. Apesar de ter sido proibido pela polícia, os manifestantes compareceram ao comício – orientados por seu advogado Álvaro Maserá – tendo havido, na ocasião, uma série de distúrbios envolvendo manifestantes e policiais quando esses últimos procuraram dissolver a manifestação. Mesmo antes de começar a reunião, que aglutinava em torno de 600 integrantes, a polícia apareceu para fazer com que os operários se dispersassem. O advogado da FORGS argumentou pela legalidade do *meeting*, baseando-se no artigo 72, parágrafos 8 e 12, da Constituição de 1891. Durante o confronto com a força policial, muitos manifestantes portavam armas de fogo, inclusive o operário José Cândido da Silva que acabou respondendo a um processo criminal por ter trocado tiros com a Brigada Militar. Segundo relatório do delegado Dyonísio Marques, alguns operários resistiram à ordem de dispersão de “revólver em punho”, alvejando a força policial, “tendo algumas praças reagido contra os que resistiam”. Ainda conforme o documento, junto com as correrias, iniciou-se uma troca de tiros, pois “do numeroso grupo de grevistas que tomou a rua Uruguay, partiram logo quatro tiros de revólver em direção aos soldados, que tiveram então, muito legitimamente, de fazer uso de suas armas”. O relatório, contudo, não menciona o fato de que, de acordo com outras fontes, os referidos tiros só foram disparados após a força policial ter carregado sobre o povo com cavalos, armas, espadas, carabinas e revólveres, ou seja, foram uma reação à ação da Brigada Militar. José Cândido da Silva, 36 anos, empregado da Cia. Força e Luz, acabou sendo considerado inocente, uma vez que “não há uma só testemunha que tenha visto o indiciado ter disparado tiros contra os praças da Brigada Militar”.

O porte de armas naquela situação pode levar à conclusão de que havia certa deliberação baseada na avaliação de que a presença no *meeting* poderia ser potencialmente perigosa, levando à decisão de ir preparado para qualquer eventualidade. Todavia, como em outras ocasiões as armas estavam presentes entre estes operários, talvez a posse de uma arma durante o comício indique tão somente

uma tendência a que a utilização de tais armamentos fizesse parte do dia-a-dia destes homens. Uma forma de afirmação da virilidade, do ser homem e se distinguir – por oposição – do ‘outro’, do feminino.

Esta afirmação se confirma quando observamos outra situação de conflito, entre grevistas e não grevistas, ocorrida após o término da greve da Viação Férrea em 1917. Juvenal Vasquez e Honorato Souza haviam se encontrado em um botequim após a saída do serviço. Para Godelier, o botequim é um dos espaços que pode ser definido como pertencendo à “casa dos homens”, caracterizado pela homosociabilidade responsável pela construção do eu masculino, ambientes de homens para homens que constroem a masculinidade daqueles que estão ‘entrando’ e, ao mesmo tempo, reforçam a masculinidade entre os membros ‘veteranos’ (1980: 137).

Nesta ocasião, passaram a discutir sobre a greve, o que levou Vasquez a chamar Souza de “canalha e sem-vergonha” e exigir que este lhe devolvesse uma adaga que havia lhe emprestado. Ao retornar ao estabelecimento com a adaga para devolvê-la, Souza foi novamente ofendido, dando origem a um conflito físico entre ambos sendo que o primeiro feriu Vasquez com a adaga e este lhe desferiu três tiros com uma pistola que trazia à cintura. Percebe-se que, Vasquez havia saído do serviço e ido ao bar para conversar com amigos, não havendo nenhuma necessidade aparente de estar armado ou alguma ameaça em potencial. Contudo, esta parecia ser a conduta de parte destes trabalhadores: as armas de fogo eram símbolos de virilidade, de poder. Após este conflito com seu colega, Vasquez percebeu a chegada de João Guimarães, contra-mestre da empresa que não havia aderido à greve e com quem, segundo testemunhas, “Vasquez tinha uma rixa antiga”.

Avistando Guimarães, Vasquez exclamou: – “És tu mesmo que eu quero!” – e desfechou tiros contra seu desafeto, atingindo-lhe no ombro. Guimarães, sacando a arma que trazia, disparou contra seu oponente, acertando-lhe, o que provocou sua morte. Guimarães, da mesma forma que Vasquez, carregava uma pistola em seu ambiente de trabalho e por mais que este ambiente seja carregado de uma forte carga de agressividade, não haveria ali uma ameaça aparente. Estes são alguns exemplos de que a posse de armas é um elemento marcante da cultura operária e um forte traço associado à conduta masculina, podendo ser acrescentados outros casos.

Em outra oportunidade, durante a greve dos padeiros, ocorrida em Porto Alegre, em maio de 1919, verifiquei uma situação na qual um padeiro, Leopoldo Silva, incumbido de vigiar os trabalhadores que permaneciam em seus postos, desferiu um

tiro contra Antônio Rodrigues da Silva, empregado da padaria Piccini que voltava para casa após um dia de trabalho.

O denunciado confessou ter realmente dado os tiros em Lopes. Entretanto, justificou o fato afirmando que, ao interpelá-lo a fim de saber se ele continuava trabalhando, Lopes negara. O acusado colocou em dúvida essa resposta e observou-lhe que “certamente trabalhava por que nas outras greves ele sempre foi de partido oposto ao dos grevistas” (Processo 1086). A vítima exasperou-se com o comentário, e, como era maior e mais forte do que Silva, esse, receoso de apanhar, disparou sua arma. O jornal *O Independente*, porém, noticiou outra versão, afirmando que, ao regressar para casa às 8 horas da manhã após uma noite de serviço, o fornecedor Antônio Rodrigues Lopes foi “alvejado pelas costas pelo padeiro Leopoldo Silva”, tendo morte imediata. Ao ser interrogado, o réu teria dito que “praticara o assassinio em defesa dos interesses de sua classe, visto Lopes não ter aderido à greve em que se acham” (GAZETA DO POVO, 17/05/1919: 05).

Na realidade, alguns padeiros grevistas tinham se reunido na noite anterior em um cabaret no Beco do Oitavo e “declarado que haviam de vingar-se dos padeiros que trabalhavam” (Processo 1086), ou seja, mesmo que o assassino não tivesse premeditado o crime, os grevistas deliberaram vingar-se dos padeiros que continuavam labutando e o réu acabou designado por seus colegas para vigiá-los. Tal vigilância estava imbuída de qual intuito, já que o vigilante portava uma arma de fogo na cintura? Provavelmente, réu antevira a possibilidade de se envolver em algum conflito físico, dada a tensão que permeava a sua categoria em momentos como aquele.

Silva, a despeito de ter recebido auxílio do Sindicato Padeiral, que criou uma Comissão Pró-Presos para providenciar que nada lhe faltasse (*O Syndicalista*, 01/05/1919: 2), acabou recebendo uma condenação de dez anos e seis meses de prisão celular, tendo cumprido pena até o dia 20 de dezembro de 1927. O antagonismo entre grevistas e não grevistas se tornara tão intenso que o periódico *A Gazeta* noticiava que “às padarias o governo do Estado ofereceu garantias para poderem trabalhar, sem o receio de violências por parte de exaltados que querem a adesão completa de seus colegas” (*Gazeta do Povo*, 19/05/1919: 4).

À guisa de conclusão, podemos afirmar que as masculinidades presentes no mundo do trabalho no período estudado podem ser caracterizadas por padrões de comportamento fortemente marcados por esta agressividade e que, nos momentos em que ocorre uma cisão entre os operários em virtude de posições antagônicas no que

se refere à adesão ou não às greves, esta emergia sob a forma de constrangimentos morais com o intuito de desqualificar e deslegitimar a posição dos 'carneiros' ou mesmo de agressões físicas dos grevistas sobre os não grevistas, uma vez que a postura desses representava um risco ao sucesso do movimento paredista e estes eram apresentados como traidores desbriados da classe.

Bibliografía

- ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305.
- ANSART, Pierre. As Humilhações Políticas. In: MARSON, Isabel e NAXARA, Márcia (Org.). *Sobre a Humilhação*. Uberlândia: EsuFU, 2005.
- BILHÃO, Isabel. Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1891-1920). Porto Alegre: tese de Doutorado, UFRGS, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A Codificação. _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Da Regra às Estratégias. _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 79.
- CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- DUARTE, Luís Fernando Dias. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, s/d.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar/CNPq, 1988.
- FISAS, Vicenç. *Cultura de paz y gestión de conflictos*. Barcelona/Paris: Icaria/UNESCO, 1998.
- FONSECA, Ana João Mexia Sepulveda da. A identidade masculina segundo Robert Bly: O paradoxo entre o real e o imaginado. Universidade Aberta: Lisboa, 1988.
- GODELIER, Maurice. *La production des grands hommes*. Fayard, 1982. GODELIER, Maurice. As relações homem-mulher: O problema da dominação masculina. *Encontros com a Civilização Brasileira- Mulher Hoje*, nº especial, Civilização Brasileira, 1980.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editores Zahar, 1975.
- HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MATOS, Maria Izilda. Cabelo, barba e bigode: masculinidades, corpos e subjetividades. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 17, n. 02, p. 125-143, 2011.

MIHAELY, Gil. Um fio de diferença: masculinidades no mundo do trabalho – 1870/1905. Anos 90. Porto Alegre, v.14, n. 25, p.17-35, jul. 2007.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. Psicologia em Revista. Belo Horizonte: v. 10, n. 16, dez 2004.

MOURA, Tatiana. Masculinidades e feminilidades entre as (micro)guerras e as (macro)pazes: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. <http://www.eurozine.com/articles/2007-06-28-moura-pt.html>

PUGAS-FILHO, José Maria e ARANHA, Gláucio. Do Bishônen aos Bears: Diálogos de Estética e Recepção nos Mangás. Retratos do Brasil homossexual : fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: USP, 2010, 991-1005.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Masculinidade(s) Operária(s): conflitos e representações sobre o 'eu' operário. Revista Litteris. v.1, p.1 - 13, 2008.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Rivalidades e Antagonismos: as relações entre grevistas e fura-greves nos movimentos paredistas em Porto Alegre (1917-1919). Saeculum (UFPB). v.1, p.271 - 283, 2014.

QUEIRÓS, César Augusto. Cultura e identidade(s): as disputas simbólicas sobre a identidade operária na Primeira República. *Mouseion: Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle*. Nº 2. Jul/dez de 2007.

QUEIRÓS, César Augusto. Páginas Operárias: imagens e representações. *História, Imagens e Narrativas*. Nº5. set/ 2007.

Outras Referências

ESTADO do Rio Grande do Sul, Processo-Crime 1086. 1919.

Gazeta do Povo, Porto Alegre.

O Syndicalista, Porto Alegre.